

ESTUDO HODONÍMICO DO CONTO “PAI CONTRA MÃE”,  
DE MACHADO DE ASSIS

Dr. MARCELO PACHECO SOARES  
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)  
Nilópolis, Rio de Janeiro, Brasil  
(marcelo.soares@ifrj.edu.br)

RESUMO: O conto “Pai contra mãe”, que Machado de Assis publica em 1906 em sua última coletânea de contos, quase duas décadas após a abolição da escravidão no Brasil pela promulgação da Lei Áurea, reflete as condições socioeconômicas do país no contexto anterior a esse fato. A trama desenvolve-se no Rio de Janeiro dos anos de 1860, quando a cidade, paisagem constante da obra machadiana, ainda era a capital do Império. Investiga-se aqui como o nome das ruas cariocas, escolhidas para cenário da narrativa, espelha as discussões promovidas pelo enredo. Demonstra-se, também, a partir dessa motivação, que o autor, a despeito de muitas leituras contrárias, de modo algum abandonou a temática da negritude no Brasil em sua obra. Por fim, a leitura do conto motiva a lembrança de histórias do desenvolvimento urbano da cidade Rio de Janeiro no século XIX.

Palavras-chave: Estudos hodonímicos. Machado de Assis. Brasil-Império. Rio de Janeiro. Sistema escravagista.

Artigo recebido em: 27 maio 2020.  
Aceito em: 20 jun. 2020.

HODONYMIC STUDY OF THE TALE “PAI CONTRA MÃE”,  
BY MACHADO DE ASSIS

**ABSTRACT:** The short-story “Pai contra mãe”, which Machado de Assis published in 1906 in his last selection of short-stories, almost two decades after the abolition of slavery in Brazil by the promulgation of the Lei Áurea, discusses the socioeconomic conditions of the country in the context previous to that fact. The plot develops in the city of Rio de Janeiro in the 1860s, when the city, ongoing ambience of Machado’s work, was still the capital of the Empire. The study investigates how the name of the streets in Rio, chosen for the narrative scenario, mirror the discussions promoted by the plot. Starting from this motivation, it also demonstrates that the author, in spite of many opposing readings, in no way abandoned the theme of blackness in Brazil in his work. Finally, the reading of the short-story motivates a rescue of stories of the urban development of the city of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Hodonymic studies. Machado de Assis. Brazilian Empire. Rio de Janeiro. Slavery system.

*[...] a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco e alguma vez o cruel.*  
Machado de Assis

Ao entrar na Rua da Guarda Velha, Cândido Neves começou a afrouxar o passo.  
— Hei de entregá-lo o mais tarde que puder, murmurou ele.  
Mas não sendo a rua infinita ou sequer longa, viria a acabá-la; foi então que lhe ocorreu entrar por um dos becos que ligavam aquela à Rua da Ajuda. Chegou ao fim do beco e, indo a dobrar à direita, na direção do Largo da Ajuda, viu do lado oposto um vulto de mulher; era a mulata fugida.  
[...]  
No extremo da rua, quando ela ia a descer a de S. José, Cândido Neves aproximou-se dela. Era a mesma, era a mulata fujona.

— Arminda! bradou, conforme a nomeava o anúncio.

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando ele, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ela compreendeu e quis fugir. Era já impossível. Cândido Neves, com as mãos robustas, atava-lhe os pulsos e dizia que andasse. A escrava quis gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguém viria libertá-la, ao contrário. Pediu então que a soltasse pelo amor de Deus.

— Estou grávida, meu senhor! exclamou. Se Vossa Senhoria tem algum filho, peço-lhe por amor dele que me solte; eu serei tua escrava, vou servi-lo pelo tempo que quiser. Me solte, meu senhor moço!

— Siga! repetiu Cândido Neves.

[...]

Não estava em maré de riso, por causa do filho que lá ficara na farmácia, à espera dele. Também é certo que não costumava dizer grandes cousas. Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que deveria. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. O senhor estava em casa, acudiu ao chamado e ao rumor.

[...]

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil-réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que eras eram. Quaisquer que fossem, urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre. (ASSIS, 1997, p. 12-14)

A cena que se desenrola acima estabelece o clímax do conto “Pai contra mãe”, que Machado de Assis publica na sua coletânea de narrativas *Relíquias de casa velha*, em 1906. Machado, que faleceria dois anos depois, encontra-se então no auge da sua maturidade pessoal e literária e entrega assim um dos seus mais pungentes e bem realizados trabalhos, o que não é pouco dado o inegável valor estético de sua obra, sobretudo no que diz respeito à prosa ficcional.

No excerto, os personagens percorrem uma série de ruas do Rio de Janeiro, constante cenário das narrativas machadianas, cidade afinal em que o autor passou toda a vida e de onde raramente saiu (viajava algumas vezes a Petrópolis

e, ao que parece, apenas uma vez deixou o Estado, em breve ida a Minas Gerais) e a qual percorria desde muito cedo com notório prazer, seduzido pela efervescência cultural da capital do Império. Aqui, todavia, parece-nos, como exporemos mais à frente, que há uma rigorosa relação entre a eleição do percurso dos personagens (a hodonímia do Centro carioca, isto é, os nomes dos logradouros citados) e a construção dos sentidos da narrativa.

## O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA TRAMA

O conto traz a história de Cândido Neves, mais conhecido por Candinho, homem livre e pobre que, em meados do século XIX, não tendo, segundo a narrativa, talento nem disposição para ofício mais sólido, vive da captura de escravos fugidos. A demanda do serviço, porém, escasseia na medida em que lhe aumenta a concorrência, catalisada pelo recrudescimento das carências econômicas da população da cidade. Seria esse um efeito natural de uma sociedade que, não obstante a conjuntura mundial já há algum tempo ter assistido às Revoluções Francesa e Industrial e promover a guinada a um sistema economicamente liberal, insistia em manter uma lógica escravagista de organização político-econômica, o que provocava níveis altos de desemprego. Os únicos mercados de trabalho mais promissores da época aos homens livres ou libertos eram o comércio, a imprensa e os serviços públicos do próprio governo, não restando à população muitas outras opções de vagas em ocupações remuneradas que não fossem os pequenos serviços urbanos, levando-a inclusive com frequência a apelar para uma economia de subsistência ou ao recurso de estabelecer-se como agregado de uma família mais abastada ou em terra alheia. Sobre esse contexto, de acordo com a socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco,

uma das importantes implicações da escravidão é que o sistema mercantil se expandiu condicionado a uma fonte externa de suprimento de trabalho, e isto não por razões de uma perene carência interna (efetiva de início) de uma população livre que poderia virtualmente ser transformada em mão-de-obra.

Esta situação deu origem a uma formação *sui generis* de homens livres e expropriados, que não foram integrados à produção mercantil. [...] Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se, antes, uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo

de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. (FRANCO, 1997, p. 14)<sup>1</sup>

No seu meritório ensaio *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*, já reconhecia Raymundo Faoro que, em “Pai contra mãe”, “Cândido Neves constitui o paradigma do operário, para o qual não havia lugar, lugar disputado e ocupado pelo escravo. Homem pobre, sem nenhuma habilitação profissional, entrega-se a todos os ofícios, sem se fixar em nenhum” (FAORO, 1974, p. 320). No conto, ainda sob o regime escravista, a necessidade de outras pessoas sem melhores alternativas de sobrevivência recorrerem à vida de caçadores de recompensa, concorrência que compromete os ganhos mais fáceis de Candinho em tempos anteriores, coincide dramaticamente com o momento em que ele mais carece de recursos financeiros, por ocasião do nascimento do seu primeiro filho com a recém-esposa Clara. Eis que a tia de Clara, Mônica, que também vive com eles — diante do receio da impossibilidade de os pais criarem a criança em razão de estarem, já ao fim da narrativa, no ápice de sua catástrofe econômica, praticamente sem dinheiro e vivendo de favor em um quarto nos fundos da cocheira da casa de uma senhora após serem despejados do imóvel em que residiam — sugere que, ao nascer, o menino fosse levado à Roda dos Enjeitados. É nesse momento, em que o personagem está prestes a concretizar o seu destino trágico, que cruza com ele a escrava Arminda, que há muito ele procurava em razão da boa gratificação, segundo anunciado, que o seu resgate renderia.

Estabelece-se então aqui um processo em que, de certa forma, sob a ótica de uma dialética de mercado que agencia a competitividade entre segmentos da sociedade (o que, porém, no limite da miséria, é uma disputa pela própria sobrevivência), Cândido Neves transfere a sua própria tragicidade à mulher escravizada, escapando da sina da perda do filho, drama que então acometerá Arminda.

---

<sup>1</sup> Quanto a esse contexto, esclarece ainda o cientista político Lúcio Kowarick: “Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela ‘escola do trabalho’, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho [...]” (KOWARICK, 1994, p. 43). A indisposição para assumir vínculos com o patronato advém também do histórico que a própria escravidão lega a essas relações no país; daí esse julgamento dos senhores, que, ao fim do regime escravista (mas já desde meados do século XIX, nas dificuldades de sustentá-lo), optará antes pela imigração como forma de ocupar vagas no sistema produtivo brasileiro do que fazer uso do que chamavam de *elemento nacional*.

## DISCUSSÕES MACHADIANAS SOBRE A CONDIÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE

Apesar do enredo que descrevemos desse conto, por longo tempo, quiçá até hoje em algumas bolhas de opinião, o escritor Machado de Assis foi visto por muitos críticos como um artista que, embora afrodescendente, não discutira as questões pertinentes à realidade dos negros da sociedade do seu tempo. Ora, bastava a leitura de uma crônica publicada menos de uma semana após a assinatura da Lei Áurea, em 19 de maio de 1888 (em sua coluna da *Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro* intitulada “Bons Dias!” e assinada pelo irônico pseudônimo de Boas Noites, cuja verdadeira autoria só foi desvelada nos anos de 1950), texto esse ao longo do tempo identificado em outras publicações como “O escravo Pancrácio”, para verificar a agudeza de sua leitura acerca da abolição da escravatura no Brasil. Nessa pequena narrativa em primeira pessoa, o cronista traz a história de um homem da sociedade carioca que, na iminência da promulgação da Lei, alforria poucos dias antes do 13 de Maio um escravo de sua posse, *um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos, chamado Pancrácio.*

Conquanto seja óbvio ao leitor que a atitude do personagem está calcada na certeza de que a abolição oficial é inevitável, o fidalgo, em seus delírios de grandeza (típicos dos megalomaniacos protagonistas machadianos), discursava hipocritamente acerca de sua antecipação liberal aos ditames do retrógrado Estado, que deveria seguir seu exemplo, que por sua vez seguia o de Cristo. Não deixa ele de confessar que usará o episódio em sua campanha eleitoral para deputado, quando inventará que o ex-escravo alforriado teria alcançado, na liberdade e pela simples magia dessa circunstância, sucessos financeiros e intelectuais na vida, tendo se tornado professor de filosofia, quando na verdade Pancrácio segue trabalhando para o antigo senhor, miseravelmente assalariado e vítima de castigos corporais proporcionais aos dos tempos de sua pregressa condição. Vê-se, portanto, que, já nos dias do advento da Lei, é nítida a preocupação de Machado de Assis com a falta de projetos e políticas públicas que efetivamente transformassem a vida dos recém-libertos.

Eduardo de Assis Duarte, que, com o trabalho *Machado de Assis afrodescendente*, entrega-nos sem dúvida a mais completa coletânea e uma bem investigada pesquisa sobre as discussões acerca das condições do negro na sociedade brasileira na obra do escritor, defenderá que uma posição mais engajada de Machado se dera justamente sob o gênero da crônica:

Os detratores de Machado via de regra baseiam-se na rarefeita presença do negro em seus contos e romances para julgar o homem a partir dos nem sempre bem-compreendidos artificios do ficcionista. E nisto, pouco atentam

para o implacável crítico do regime escravista que se fazia presente onde a palavra do cidadão melhor atingia o público: a crônica jornalística. (DUARTE, 2007, p. 253)

No espaço ficcional, todavia, o conto “Pai contra mãe” é uma das passagens de sua obra que mais se destaca nesse aspecto. A narrativa, sob uma voz contemporânea à publicação do texto, inicia-se com a descrição de aparelhos que teriam caído em desuso com o fim da escravidão, como o ferro ao pescoço ou a máscara de folha-de-flandres. O viés do discurso é uma vez mais irônico ao emular as justificativas morais da elite latifundiária nacional para as torturas que infligiram aos negros escravizados, informando que a máscara impedia que o escravo bebesse e, por isso mesmo, desestimulava que roubasse trocados do senhor para esse fim: “e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas” (ASSIS, 1997. p. 3). A passagem de ironia mais notória, contudo, seria esta:

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. (ASSIS, 1997, p. 3-4)

Atentemos a princípio para a afirmação de que *eram muitos*: atestam estudos mais contemporâneos que a cidade do Rio de Janeiro no período da monarquia foi a que mais teve escravos no mundo na era moderna, como reforça a historiadora social Adriana Barreto de Souza:

Calcula-se que, dos cinco milhões de africanos trazidos para o Brasil em quatro séculos, um milhão e meio entrou na primeira metade do século XIX. A cidade do Rio de Janeiro tinha a maior população escrava urbana das Américas. Seus visitantes ficavam impressionados com a “cor negra” da cidade. (SOUZA, 2015, p. 92)

Daí que, segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro:

Considerando que a população do município praticamente dobrou nos anos 1831-49, a corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império Romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes. No entanto, ao contrário do que sucedia na Antiguidade, o escravismo moderno, e particularmente o brasileiro,

baseava-se na pilhagem de indivíduos de uma só região, de uma única raça. Em outras palavras, no moderno escravismo do continente americano a oposição senhor/escravo desdobra-se numa tensão racial que impregna toda a sociedade. (ALENCASTRO, 1997, p. 24)

E chama a atenção o fato de que, de acordo com o censo de 1872 promovido por D. Pedro II, da população brasileira da época (que já alcançava quase dez milhões de pessoas), mais de um milhão e meio, cerca de 15% portanto, eram escravos.<sup>2</sup> Ora, não poderia mesmo esse contexto gerar a partir de 1888 grande contingente de negros libertos sem severas consequências sociais, com as quais, afinal, os poderes públicos de fato fracassaram em lidar, fosse por incompetência, fosse por deliberada omissão — isso já desde a época da abolição, conforme o Machado cronista não deixara de apontar, como vimos.

Dessa forma, podemos reconsiderar o sentido mais imediato do período com que o autor inicia o parágrafo posterior àquele em que descrevera os instrumentos de tortura que os senhores usavam contra os escravizados: “Mas não cuidemos de máscaras” (ASSIS, 1997, p. 3), do que subentendemos também que o conto não irá mascarar o assunto que seu enredo desenvolve, o mesmo que se empenha em ilustrar a partir especialmente desses trechos de explícita ironia que demonstram o discurso, caricaturado pela emulação do narrador, de uma elite a quem não interessa compreender (como não raras vezes ocorre até hoje) o tamanho do sofrimento e da indignidade promovida pela escravidão.

Ao, ainda ironicamente, dizer que o *dono não era mau* ou referir *alguém de casa que servia de padrinho*, Machado de Assis parece (evidentemente não com essa consciência) contestar previamente a tese que três décadas mais tarde Gilberto Freyre divulgaria em sua obra *Casa-grande & senzala*, na qual desenharia justamente um cenário em que os senhores não eram tão maus e os escravizados seriam mais dóceis a essa sua imposta posição social (Freyre, aliás, viria a ser um dos autores que criticaram negativamente a obra de Machado, julgando-a omissa nesse aspecto). Reparemos: no trecho citado, revela-se que aquilo que *moderava a ação* violenta contra o escravo era não uma comiseração humana mas antes o *sentimento de propriedade* forjado nas construções semânticas em que o novo liberalismo esconde suas insensibilidades — *porque dinheiro também dói*, complementa-se com uma reveladora frase de efeito típica da poética machadiana.

“Pai contra mãe” trata-se, assim, de um conto em que o narrador, de cima dos breves anos que deixaram para trás a virada do século, pode jogar seu olhar

---

<sup>2</sup> Os dados podem ser verificados na *Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica da UFMG e disponível online em <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>, conforme a sua Tabela 8 (PAIVA *et al.*, 2012, p. 40).



analítico para cerca de meio século antes e identificar o funcionamento da sociedade às vésperas das suas duas principais transformações oitocentistas: a abolição da escravatura e a proclamação da República. Sem dúvida, não faz isso, porém, senão para refletir seu tempo presente. O procedimento é observado por Eduardo de Assis Duarte como uma estratégia de resistência política por parte do autor:

A queima dos arquivos do tráfico negreiro, perpetrada pelo ministro Rui Barbosa nos começos da República e apontada no *Memorial de Aires*, surge como o gesto mais visível do grande esforço de ocultação empreendido após o 13 de maio, com vistas a amenizar o culpado constrangimento oriundo da “nódoa” escravista presente na história do país. Nesse contexto, não deixa de ser significativo o fato de o autor ter inserido “Pai contra mãe” justo no começo de suas *Relíquias*. Logo após a “Advertência” e o soneto “A Carolina”, surge aos olhos do leitor o passado que as elites tanto se esforçavam por fazer esquecer. (DUARTE, 2007, p. 270)

#### UMA MAIS PRECISA IDENTIFICAÇÃO TEMPORAL DO ENREDO

Sobre a datação algo vaga que o narrador sugere para o narrado (*há meio século*), acreditamos poder ajustá-la com mais precisão à década de 1860, inferindo-a em razão justamente da menção à Roda dos Enjeitados que tia Mônica sugere ao jovem casal de pais e em torno da qual ocorre, com o perdão da infâmia, o giro final da narrativa, a sua grande virada, a oscilação entre os dois bebês, mais que *enjeitáveis*, francamente rejeitáveis, pela falta de um berço socialmente significativo. Ora, essa estrutura da roda estaria em atividade, segundo o próprio conto, à Rua dos Barbonos<sup>3</sup>, exatamente a referência que nos permitirá localizar temporalmente a sua história.

Concebida entre os séculos XV e XVI na Europa (acredita-se que na Itália) para coibir o infanticídio, a roda dos enjeitados ou dos expostos era uma estrutura (um cilindro oco de madeira com prateleira que era girado 180° horizontal ou

---

<sup>3</sup> Destaca-se ainda que o hodonímico *Barbonos*, dessa que fora antes Rua Nova dos Arcos (por conta do aqueduto hoje conhecido por Arcos da Lapa), advinha do fato de ali estar localizado o convento Nossa Senhora de Oliveira, ocupado por frades capuchinhos da Ordem Franciscana (os quais andavam sempre barbados, daí *Barbonos*) até 1808, quando foram desalojados para dar lugar aos Carmelitas. Mais tarde ocupado ainda pelos frades de Jesus da Terceira Ordem da Penitência, em 1831 o convento passou a abrigar o Corpo de Guardas Municipais Permanentes (posteriormente designado Corpo Militar de Polícia da Corte), tornando-se o famoso Quartel dos Barbonos, que hoje é o Quartel General da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O edifício atual seria fruto de uma profunda reforma de ampliação da última década do século XIX.

verticalmente por um impulso, o que fazia tocar uma campainha para chamar a atenção de alguém que recolhesse a criança do outro lado do muro) cuja mecânica permitia que pessoas anonimamente deixassem recém-nascidos, que eram até então normalmente abandonados em lugares públicos (por isso chamados de *expostos*), aos cuidados de uma instituição filantrópica ou do Estado. A roda dos expostos da cidade do Rio de Janeiro, adotada pela Santa Casa de Misericórdia, tivera origem em 1738 e esteve ativa por mais de dois séculos, passando por diversos endereços até 1948. Nos dias de hoje, encontra-se em exposição no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da cidade.

Publicado já no início do século XX (tempo da voz do narrador), o enredo de “Pai contra mãe” desenvolve-se, segundo suas palavras, reiteremos, *há meio século*, o que nos encaminharia aproximadamente aos meados dos anos de 1850. Mas, dado que a roda somente foi transferida para a Rua dos Barbonos em 1860, podemos concluir que, por coerência, a narrativa desenvolve-se em algum momento desse ano em diante (mas, factualmente, apenas até 1870, quando a Rua dos Barbonos ganha o nome de Evaristo da Veiga, alcunha que se mantém até hoje, em homenagem ao jornalista liberal que ali residira e falecera), de modo que tomamos 1860, dos anos possíveis o mais próximo da expressão *há meio século*, como referência da geografia urbana da cidade.

#### AS RUAS DO TRAJETO DO CONTO E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DA NARRATIVA

A Rua dos Barbonos, no entanto, Candinho não chega a alcançá-la. O importante nesse momento, por conseguinte, é chamarmos a atenção para os logradouros encontrados em suas cercanias pelos quais a ação se desenvolve efetivamente, a fim de verificarmos o significado que o nome de cada um deles parece trazer para os sentidos do texto.

O trajeto será, lembremos, a descida pela *Rua da Guarda Velha* em direção à Rua dos Barbonos, o desvio antecipado por um dos dois becos (do Propósito ou do Manuel de Carvalho, de todo modo não nomeado no conto) para a *Rua da Ajuda*, o percurso até a *Rua São José* (uma continuação da *Rua do Parto*, referida antes como um dos locais em que Candinho procurara a escrava), a interrupção do percurso de Arminda, que não mais desceria a *São José*, onde fora capturada para, pelo contrário, ser arrastada pela *Rua dos Ourives* por seis quarteirões, e, por fim, a chegada à *Rua da Alfândega*, residência do dono da escrava. Esses serão os logradouros que nos interessarão.



Fig. 1 - Fragmento de planta da cidade do Rio de Janeiro de 1850, elaborada pelo Visconde J. de Villiers de L'Île Adam, disponível nos arquivos da Biblioteca Nacional — aqui, o percurso dos personagens pode ser observado.

A Rua da Guarda era assim conhecida em razão da necessidade de haver no século XVIII um posto da guarda municipal para organizar a fila dos escravos que iam buscar água no Chafariz da Carioca, cuja alegada algazarra era criticada pelos moradores da área. Ganhou o adjetivo *Velha* após outros postos semelhantes terem se instalado pela cidade. Diríamos, contudo, que, no contexto do conto, podemos ler nele outra conotação, com a expressão *guarda velha* remetendo a um serviço policial não-estatal, a princípio, fora de uso na contemporaneidade da sua escrita mas que existia no tempo da narrativa, pré-abolição, e é relativo exatamente a esse ofício que Candinho autonomamente exerce de caçar escravos fugidos.

É ainda significativo que a descrição do percurso de Candinho comece estrategicamente nessa Rua da Guarda Velha, nome em que o narrador do início

do século XX insiste apesar de sua voz pertencer a um tempo em que ela já fora rebatizada exatamente com a alcunha que enverga até hoje, Treze de Maio, em homenagem à data da Lei assinada pela Princesa Isabel: e essa omissão do narrador de uma informação que ele conhece (mas não usa, como é verdade acontece também com a Rua dos Barbonos que não é apontada como Evaristo da Veiga) de modo algum deve ser vista como fortuita ou simples fidelidade ao tempo da narrativa, uma vez que representa, para a vida dos ex-escravos oficiais, uma ausência mais efetiva de consequências oriundas da data que rebatizou a rua.

O fato é que os ex-escravizados seguem, na virada para o século XX, submetidos a uma *guarda velha* que os persegue de modo semelhante até então — e, permitamo-nos o comentário, de certa maneira, mesmo até hoje, como de alguma forma atestaria uma adaptação bastante livre do conto para o cinema em 2005, *Quanto vale ou é por quilo?*, filme de Sérgio Bianchi, que cotejará narrativas do passado escravocrata do Brasil com uma atualidade em que circulam justamente personagens como Arminda, Candinho, Clara e tia Mônica, demonstrando as constantes renovações dos mecanismos escravistas extraoficiais do Brasil que, como já desde os 1800, não poupa brancos pobres.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Embora não haja passagem da narrativa que o corrobore de modo peremptório, historicamente a crítica machadiana inferiu os personagens Cândido Neves, Clara e Tia Mônica como caucasianos, especialmente pela passagem do conto em que os termos *clara*, *cândido* e *neves* são associados à brancura. Nesse filme, porém, Candinho é interpretado pelo ator negro Sílvio Guindane, enquanto apenas as duas personagens femininas são defendidas respectivamente por Leona Cavalli e Cláudia Mello, atrizes brancas (enquanto Arminda é defendida por Ana Carbatti, também negra). De fato, nessa esteira, estudos mais recentes problematizam a questão com argumentos relevantes, sem contudo pretender encerrá-la. Alex Flynn, Elena Calvo-González e Marcelo Mendes de Souza, para quem “the fact that so many critical readers have allowed their prejudices to be reflected in seeing Cândido and Clara as white throws light on how whiteness in Brazil has become a naturalized category” (FLYNN *et al.*, 2013, p. 10), defendem, baseados na inconfiabilidade que merece o narrador machadiano (a partir do exemplo paradigmático do romance *Dom Casmurro*), “that Cândido and Clara are anything but white” (FLYNN *et al.*, 2013, p. 11): “A further sense of ambiguity is created by the way in which Machado characterizes Cândido and Clara. Although their physical appearance is not made explicit, their socioeconomic classification, behaviors, and employment status are, and these are highly significant in the resonance they would have had for a contemporary readership” (FLYNN *et al.*, 2013, p. 13). Ao que complementam que, “whether Cândido and Clara are white or not, what is inescapable is that the idea of whiteness within this text is ambiguous and negotiable, and ultimately the reader is left unsure as to whether the dominant narrative of the story contains a more subtle critique of common perception and the oversimplification of a complex reality” (FLYNN *et al.*, 2013, p. 16). Na sequência desse raciocínio, Christopher Lewis reitera evidência para a negritude de Candinho em particular passagem do conto, segundo também já o fizera o artigo anterior: “the narrator describes Cândido Neves's propensity for changing occupations as ‘um modo de *mudar de pele* ou de pessoa’, as if a more respectable line of work could affect how he is perceived in racial terms and thus provide the possibility for social ascension” (LEWIS, 2018, p. 98-99). Quiçá, a dubiedade

Com isso, a insistência no hodônimo Guarda Velha, sem que nenhuma menção seja feita ao nome Treze de Maio, alegoriza aquela aposta na falta de mudanças significativas na situação do negro no Brasil pós-abolição, que o autor já preconizara duas décadas antes no metonímico Pancrácio de sua crônica. Nessa passagem do conto, evidencia-se que o autor parece ter visto concretizadas as suas desconfianças quanto ao futuro que teriam os negros na sociedade brasileira diante de uma abolição eivada de hipocrisias. Assim, a ausência de menção à Treze de Maio no conto não é tão-somente uma questão espaço-temporal da topologia carioca, mas também uma opção ideológica da narrativa porque revela, no tempo da escritura do texto, a não materialização do processo que se aspirava a que a emblemática data houvesse consolidado.

Sigamos por outras ruas do trajeto. A aparição no texto das ruas da Ajuda e do Parto referem-se às circunstâncias especulares que vivem Candinho e Arminda. Os dois *partos* descritos, eivados de potencial para o trágico, careceriam de alguma assistência, alguma *ajuda* para terem bom termo. Não é uma mera casualidade que tenha sido na Rua da Ajuda que ele recebera o auxílio do farmacêutico que, se antes lhe indicara como pista ter vendido qualquer onça de droga para uma mulata com as características de quem ele procurava, depois é quem abriga o seu filho enquanto ele sai na captura de Arminda.

A rua contígua à do Parto e que faz esquina com a da Ajuda, no entanto, é a de São José, figura paterna emérita por se tratar do pai de Jesus, indicando quem sairá vencedor desse embate de *pai contra mãe* anunciado pelo título e que ali efetivamente se inicia, ao qual não parece mesmo ser possível que ambos sobrevivam. Ora, como aponta Christopher Lewis,

Nicolau Sevcenko proposes “Pai contra mãe” as an inversion of the Christmas narrative, which he considers an account of human generosity. For example, in Bethlehem, a homeless woman expecting a baby is given shelter. Shepherds and wise men come to honor a child whose legitimacy is questionable. Most importantly, Christmas represents a birth to free one's people from enslavement. To be sure, the last profession Cândido Neves abandons before turning to slave catching is that of a wood carver. He, like Joseph, comes face to face with a woman bearing what we assume to be an illegitimate child, as the law would define it. Arminda, wanting to give her child the Phrygian cap of the wise men instead of the implements of slavery the story describes, is thrown upon Cândido's generosity. As is the case with Mary and Joseph, the authority to grant her refuge or cast her upon the law, to be stoned, is reserved for a man. (LEWIS, 2018, p. 100)

---

racial dos personagens do conto espelha a mesma de que o próprio Machado de Assis sempre se acerceu.

Não é mesmo por acaso, portanto, que Arminda seja capturada assim que põe os pés nessa via, a qual, vale ressaltar, abrigou “por muito tempo um dos mais dantescos depósitos de escravos do Rio colonial, antes da concentração da totalidade desse comércio inumano na Praia do Valongo” (GERSON, 1965, p. 56), segundo esclarece o jornalista Brasil Gerson em trabalho de pesquisa sobre as ruas da cidade. De certo modo, sob a ausência de qualquer referência mariana, São José sozinho abençoa o pai que Cândido Neves é, em detrimento da mãe contra a qual ele se lança. O fortuito ajuda Candinho a encontrar a escrava e a recompensa permitirá que continue com o filho, que não será enjeitado.

A personagem da mulher escravizada, pelo contrário, precisaria do socorro, da *ajuda* do próprio Candinho para escapar de sua sina. Seria necessário que ele, apiedado da condição da mulher grávida, num exercício de alteridade em que seu próprio drama fosse espelhado, deixasse que ela seguisse o caminho que pretendia: qual seja, *descer a São José*. Ora, reparemos que, nesse caso, ela teria chegado presumivelmente à Rua da Misericórdia ou à Ladeira da Misericórdia (hoje definitivamente desaparecida, restando-lhe apenas o pequeno trecho que descia do Morro do Castelo, demolido em 1921), ambos os caminhos possíveis tendo como destino certo o Largo da Misericórdia, espaços que aliás estão nas gêneses da cidade, representando simbolicamente o seu próprio nascimento — Brasil Gerson reconhece a Rua da Misericórdia como “Rua-Mater do Rio” (GERSON, 1965, p. 20). Pois eis que o ponto de chegada provável não seria tão enfaticamente *misericordioso* por acaso, tratando-se de um achado hiperbólico da geografia urbana carioca, uma providencialidade alegórica, que a narrativa não sugerirá incidentalmente. A *misericórdia* de Candinho permitiria que Arminda chegasse a esse utopicamente simbólico lugar para o qual pretendia seguir sob sua frágil e fugidia liberdade, sendo então justamente *misericórdia* o que seu algoz lhe nega ao impedir que ela prossiga pela Rua de São José.

Assim, novamente aquilo que no conto não se conta é significativo: o que impede Arminda de seguir seu possível caminho rumo à tripla (ladeira, largo e rua) Misericórdia é precisamente a falta de *misericórdia* de Candinho, que, contrariando então o seu nome, não é nada cândido com ela, respondendo-lhe rispidamente questionamentos que, quando tia Mônica fizera a ele mesmo, como o porquê de ter um filho nas condições miseráveis em que vivia, mereceram outras palavras suas mais flexíveis, desculpas outras mais razoáveis. Justamente por não querer perceber todas essas semelhanças entre a sua situação e a de Arminda é que ele, ao fim do conto, enquanto beija, às lágrimas, seu filho, isentando-se de culpa no episódio do aborto da escrava, pensará a frase dura, fria e empedernida que *lhe bate no coração* e encerra cinicamente a narrativa: “Nem todas as crianças vingam” (ASSIS, 1997, p. 14)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Essa estratégia literária, constante na obra machadiana, é definida por Ronaldo de Melo e Souza como *Princípio da Reversibilidade dos Contrários*, que o ensaísta assim explica: “A

O caminho de Arminda é desviado por Cândido Neves para a Rua dos Ourives e o hodônimo não poderia ser mais óbvio: é em busca do *ouro*, da recompensa, dos cem mil-réis que o resgate da escrava representa, que o homem percorrerá os longos seis quarteirões dessa rua, que muito a propósito afinal será a parte mais longa do trajeto. Vale lembrar, aliás, que o logradouro ainda era extenso (terminava apenas no Morro da Conceição) antes das obras que abriram as Avenidas Central, hoje Rio Branco (inaugurada em 1905), e Presidente Vargas (surgida já em 1944), que dividiram a antiga via em três fragmentos batizados atualmente por Miguel Couto (em dois dos segmentos) e Rodrigo Silva. Mas, nessa rua, é preciso apontar outra ausência significativa nesses anos de 1860, dessa vez uma referência a fato pretérito ao enredo do conto: à direita, logo no primeiro quarteirão, estendendo-se da esquina da Rua de São José com a dos Ourives até a esquina desta com a Rua da Assembleia, funcionara, até 1812, o Recolhimento da Nossa Senhora do Parto.

A despeito do nome apazível e acolhedor, trata-se uma das muitas evidências da violência da sociedade patriarcal contra a mulher na história da cidade, tanto que “as senhoras, porém, em suas conversações particulares, davam-lhe o nome de recolhimento do Desterro” (MACEDO, 2005, p. 376), em referência a seu fundador, Frei Antônio do Desterro, como revela em crônica sobre o lugar Joaquim Manuel de Macedo (publicadas no *Jornal do Comércio*, as reconhecidas crônicas de Macedo sobre a cidade foram compiladas por ele em livro em 1862). O famoso incêndio que o Recolhimento sofrera em 1789, retratado pelo pintor João Francisco Muzzi, especula-se, teria sido “atiçado — murmurou-se na época — por uma das próprias mulheres, que nele foi obrigada pelo ciúme ou a maldade de seu marido a muito padecer, cheia de humilhação” (GERSON, 1965, p. 116).

O Recolhimento fora instituído no século XVIII, quando a Rua dos Ourives era ainda o Caminho da Conceição para o Parto, antigo e simpático hodônimo que não poderia mesmo representar a *via-crucis* de Arminda. Originalmente, o espaço abrigaria prostitutas que estariam arrependidas, sendo um “asilo de mulheres não virgens que, deixando a perversidade do século, fossem ali reformar os costumes repreensíveis, trocando-os por santo e regular comportamento” (MACEDO, 2005,

---

consumada arte da narrativa de Machado de Assis se apresenta e se representa na estrutura fugata de uma série de variações de um mesmo tema fundamental, de uma mesma lei narrativa, que denominamos princípio geral da reversibilidade, e que se explica na proliferação de ambivalências dramaticamente inconciliáveis e dualidades tragicamente irredutíveis. Todas as situações dramáticas da narrativa machadiana coincidem e convergem na encenação e na teatralização de pares de contrários em luta contínua, em permanente disputa” (SOUZA, 1992, p. 336). No conto em análise, a teoria de Melo e Souza ultrapassa seu valor estilístico e estético para se consubstanciar no seu próprio enredo e no sofisticado confronto social, de consequências físicas, entre Arminda e Candinho, que o autor elaborou.

p. 375), segundo descreve ainda Macedo. Gradativamente, o lugar passara a recolher mulheres que desejavam se apartar do mundo, mas ainda também outras acusadas de adultério ou desobediência, que precisavam ser retiradas da sociedade sob a alegação de que haveria a necessidade de proteger a honra de seus cônjuges, e mesmo as jovens que teriam recusado a escolha da família para seu futuro esposo. No contexto da narrativa, desse modo, a sombra fantasmagórica do já extinto instituto fortalece a violência sofrida pela mulher que é arrastada por Candinho pela Ourives acima.

Enfim, chegamos à Rua da Alfândega, referência em que Candinho realiza a troca do serviço que pretende vender, em que o produto Arminda é devidamente entregue e tarifado. A semântica do nome desse logradouro publica de forma categórica que essa mulher negra é tratada como mero artigo comercial, sendo reificada como foram todos os escravizados, a corroborar a mentalidade da organização político-econômica vigente na Colônia e no Império do Brasil.

## CONCLUSÃO

O conto demonstra afinal que, no contexto da Corte oitocentista do Rio de Janeiro, se havia (e evidentemente havia) uma diferença socialmente reconhecida entre ser um homem pobre livre e ser escravizado, ela tinha um valor prático menor do que se poderia supor, dado que as circunstâncias precárias e instáveis sob que aqueles viviam eram menos distantes do que se consideraria à primeira vista da já bárbara condição destes, que oficialmente eram apenas mercadorias. Expõe, dessa forma, a narrativa machadiana uma sociedade em que a luta pela sobrevivência posiciona os necessitados uns contra os outros, numa clara concretização das teorias do satírico Humanitismo, que Quincas Borba defende no romance homônimo, ficcional princípio filosófico que serve de caricatura dessa mesma sociedade. De fato, a vitória de Candinho, de resultados evidentemente efêmeros, por assim dizer, não o premia com nada mais do que as *batatas* que, segundo Borba, caberiam aos vencedores.

Em outras palavras, segundo nos aponta ainda Eduardo de Assis Duarte: “O realismo do conto desvela o caráter sistêmico da violência instalada na sociedade, que a uns submete pela escravização e a outros pela pobreza” (DUARTE, 2007, p. 272). Arminda ainda busca negociar com Candinho, mas o fracasso<sup>6</sup> da

---

<sup>6</sup> A personagem terá mais sucesso nessa negociação no final alternativo de *Quanto vale ou é por quilo*, citado filme de Sérgio Bianchi, que surge já após o início dos créditos finais para substituir o primeiro trágico encerramento da película, pequena ponta de esperança (quicá mais desejo do que constatação de possibilidade factível) que a narrativa cinematográfica cede à realidade, mas que não encontrara lugar no conto.



tentativa a leva a ter que lutar. Será em vão, como seu nome também indica: o radical arm- faz dela uma guerreira bélica, mas seu final em gerúndio -inda indica uma ação que se estende indefinidamente, porque, ao contrário de Candinho, que ainda pode ter um momento de mísero triunfo como esse do final do conto, a condição de Arminda a condena a uma constante e interminável luta sem trégua contra seus ferros aos pés e ao pescoço e sua máscara de folha-de-flandres, os instrumentos descritos nos parágrafos iniciais da narrativa.

E como o próprio narrador já antecipara cinicamente em sua descrição desses aparelhos de tortura (então chamados de *ofício*) — reforçemos, em uma emulação do discurso de uma elite dominante, emulação que, deixa-se evidente, pretende assim denunciar esse mesmo discurso — “a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco e alguma vez o cruel” (ASSIS, 1997, p. 3). Trata-se mesmo de *uma condição grotesca e cruel* essa a que a escrava é submetida para que Cândido Neves possa manter seu filho junto a si, essa a que ambos na verdade se submetem num jogo bárbaro de sobrevivência. É essa sociedade (não é excessivo dizer uma vez mais) *grotesca e cruel* que Machado de Assis, na contramão da estratégia de Rui Barbosa lembrada por Eduardo de Assis Duarte de destruir os documentos que atestavam a memória da escravidão no Brasil, faz questão de registrar para que não a esqueçamos e discutir para que mais bem a compreendamos, estando dessa forma mais aptos para finalmente a modificar.

## REFERÊNCIAS

ADAM, Visconde J. de Villiers de L’Ile Adam. Biblioteca Nacional. *Planta da cidade do Rio de Janeiro*. [Rio de Janeiro], 1850. 54x70cm. Disponível on-line: [acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=88653](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=88653). Acesso em: 22 jul. 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Vida Privada e Ordem Privada no Império”. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.

ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

\_\_\_\_\_. *Dom Casmurro*. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. “Pai contra mãe”. In: *Relíquias de casa velha*. São Paulo: Globo, 1997, p. 1-14.

\_\_\_\_\_. *Quincas Borba*. São Paulo: Ática, 2003.

SOARES, Marcelo Pacheco. Estudo hodonímico do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis. *Scripta Uniandrade*, v. 18, n. 1 (2020), p. 299-317.  
Curitiba, Paraná, Brasil  
Data de edição: 11 jul. 2020.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Machado de Assis afro-descendente – escritos de caramujo (antologia)*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FLYNN, Alex; CALVO-GONZÁLEZ, Elena; SOUZA, Marcelo Mendes de. “Whiter Shades of Pale: ‘Coloring in’ Machado de Assis and Race in Contemporary Brazil”. *Latin American Research Review*. Pittsburgh, v. 48, n. 3, 2013, p. 3-24.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem. A origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

MACEDO, Joaquim Manoel de. “A Capela e o Recolhimento de N. S. do Parto”. In: *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 371-427.

PAIVA, Clotilde A.; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

*QUANTO vale ou é por quilo?* Dirigido por Sérgio Bianchi. Rio de Janeiro/São Paulo: Quanta/Tele Image, 2005. 107 min., son., color.

SOUZA, Adriana Barreto de. “O Rio de Janeiro imperial”. In: *Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 2015, p. 83-93.

SOUZA, Ronaldo de Melo e. O princípio da reversibilidade em Machado de Assis. *Humanidades*. série, Brasília, n. 29, 1992, p. 334-345.

THEODORO, Mário. “As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil”. In: LACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005, p. 91-126.

SOARES, Marcelo Pacheco. Estudo hodonímico do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis. *Scripta Uniandrade*, v. 18, n. 1 (2020), p. 299-317.  
Curitiba, Paraná, Brasil  
Data de edição: 11 jul. 2020.

MARCELO PACHECO SOARES é Doutor e Mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Pós-Doutorado em Estudos Literários pela Universidade Federal Fluminense. É professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, onde faz parte do corpo docente da Especialização em Ensino de Histórias e Culturas Africanas e Afro-Brasileiras. Publica diversos artigos no Brasil e no exterior, versando sobretudo sobre o gênero conto, especialmente em suas manifestações em língua portuguesa nos séculos XX e XXI, com destaque para autores como José Saramago, Jorge de Sena, Murilo Rubião, Maria Isabel Barreno, Teresa Veiga, Branquinho da Fonseca e Maria João Cantinho.